Programa de Alimentação do Trabalhador

Revisão rápida de desfechos sociais, laborais e de saúde

MAR | 2026

Expediente

Presidente
Betânia Peixoto Lemos

Diretora-Executiva
Danyelle Siqueira Campos Gil Lemos Barreto

Diretor de Altos Estudos
Alexandre de Ávila Gomide

Diretora de Educação Executiva
Iara Cristina da Silva Alves

Diretor de Desenvolvimento Profissional
Bruna Danielly da Paz Tenório

Diretora de Inovação
Camila de Castro Barbosa Medeiros

Diretor de Gestão Interna
Lincoln Moreira Jorge Junior

Coordenadora-Geral de Avaliação e Organização de Evidências
Tamille Sales Dias

Capa e Diagramação
Equipe EvEx

Autoria
Andreia Insabralde de Queiroz-Cardoso
Vanessa Marcon de Oliveira
Cintia de Freitas Oliveira
Sara Emanuela de Carvalho Mota

É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Para mais informações, consulte nossa página www.enap.gov.br/pt/servicos/avaliacao-eorganizacao-de-evidencias)
ou entre em contato:
evidencia.express@enap.gov.br

O Evidência Express (EvEx) é uma iniciativa da Diretoria de Altos Estudos da Escola Nacional de Administração Pública (Enap) em parceria com a Universidade de Brasília (UnB). A missão do EvEx é gerar evidências para informar a tomada de decisão no setor público.

Para isso, a equipe sintetiza, produz e analisa dados que possam servir de base para o desenho, a implementação, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas.

Os relatórios produzidos pelo EvEx agilizam a geração de conhecimento voltado para desafios públicos, seguindo três premissas fundamentais: engajamento com pessoas gestoras públicas, tempestividade e tradução do conhecimento. Os produtos EvEx podem subsidiar análises ex ante, avaliações ex post ou Análises de Impacto Regulatório, além de beneficiar gestoras públicas subnacionais, pesquisadoras, docentes, servidoras e demais interessadas da sociedade civil.

Os produtos EvEx podem analisar dados qualitativos e quantitativos, sobre:
- Evolução do problema no Brasil e no mundo;
- Público-alvo de uma política;
- Causas e consequências do problema ou política;
- Soluções existentes para o problema;
- Impactos de intervenções ou políticas públicas.

Projeto financiado pela parceria Enap e Secretaria de Monitoramento e Avaliação do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), no âmbito das avaliações do ciclo 2025 do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Governo Federal (CMAP)

Forma sugerida para referenciar este documento: QUEIROZ-CARDOSO, A.I.; OLIVEIRA, V.M.; OLIVEIRA, C.F.; MOTA, S.E.C.. Programa de Alimentação do Trabalhador: revisão rápida dos desfechos sociais, laborais e de saúde. In: ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Relatório de pesquisa, Evidência Express. Brasília: Enap, 2026. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6939. Acesso em: dd mmm. aaaa.

Sumário

1 Introdução 7

2 Métodos 9

2.1 Tipo de estudo 9

2.2 Critérios de elegibilidade 10

2.3 Busca de informações 10

2.4 Seleção, extração e análise dos dados 11

2.4.1 Seleção 11

2.4.2 Extração 11

2.4.3 Análise dos estudos 11

2.5 Atalhos metodológicos 11

3 Resultados 12

3.1 Características gerais dos estudos 12

3.2 Efeitos do PAT 20

3.2.1 Resultados sobre a dimensão saúde do trabalhador 20

3.2.2 Resultados sobre a dimensão social do trabalhador 27

3.2.3 Resultados sobre a dimensão laboral do trabalhador 32

4 Recomendações para o PAT 33

5 Aspectos de equidade 34

6 Principais Limitações 35

7 Considerações Finais 36

Referências Bibliográficas 37

Apêndice 1 42

Apêndice 2 46

Sumário Executivo

Introdução

O Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) é uma importante intervenção sócio alimentar brasileira voltada para a população economicamente ativa. Com a participação do governo, empregadores e empregados, o programa utiliza incentivos fiscais para promover a oferta de alimentação saudável e equidade social, além de introduzir diretrizes nutricionais com enfoque no controle de doenças crônicas não transmissíveis. Diante da relevância do PAT, esta revisão visa compreender os resultados alcançados pelo programa na saúde, nas condições sociais e de trabalho dos seus beneficiários, oferecendo uma síntese de evidências sobre o tema.

Pergunta

Qual é o efeito do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) para os desfechos de saúde, sociais e laborais dos trabalhadores no Brasil?

Método

As buscas de estudos foram realizadas em janeiro de 2026 nas bases de dados Web of Science, Portal de Periódicos da Capes, Lens.org, Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), Biblioteca do Diretório de Teses e Dissertações (BDTD), EconPaper/RePEc, Jstor, Pubmed/Medline. Os processos de busca, seleção e extração de dados dos artigos foram realizados por três pesquisadoras, conforme parâmetros estabelecidos em diálogo com os demandantes do estudo.

Resultados

Foram analisados 25 estudos, todos quantitativos e a maioria com delineamento transversal (n=16). Nos estudos, a forma mais comum de assistência é o refeitório (n=18), seguida por estudos com análises de mais de um tipo de benefício, denominados nesta revisão de mistos (n=5). O auxílio alimentação e o vale-alimentação apareceram em um trabalho cada. As evidências indicam que os efeitos do PAT possuem variabilidade conforme o contexto institucional, perfil das empresas participantes e características dos trabalhadores beneficiários. Os estudos indicam que existem desigualdades na distribuição dos benefícios, sendo que trabalhadores vinculados a empresas de maior porte ou localizadas em regiões do país economicamente mais desenvolvidas tendem a apresentar maior probabilidade de participação no PAT. Em relação à saúde, alguns estudos apontam associação entre o PAT e alterações no estado nutricional dos trabalhadores, e sugerem que os beneficiários do PAT podem apresentar maior prevalência de excesso de peso, incluindo sobrepeso e obesidade. A Hipertensão Arterial Sistêmica consolidou-se como a condição mais frequente e a dislipidemia aparece como uma comorbidade relevante. Adicio-

nalmente, o programa nem sempre incorpora de forma sistemática estratégias de promoção da alimentação adequada, como acompanhamento nutricional, educação alimentar e monitoramento da qualidade nutricional das refeições ofertadas. A ausência destes mecanismos pode limitar o potencial do PAT como indutor da promoção da saúde de trabalhadores e trabalhadoras. No contexto laboral, a oferta de alimentação no ambiente de trabalho pode estar associada à melhoria dos aspectos de desempenho.

Conclusão

Os estudos indicam desigualdades no acesso aos benefícios do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), especialmente em regiões mais vulnerabilizadas, além de uma possível associação entre a participação no programa e o ganho de peso ou obesidade. Para mitigar esses efeitos, é fundamental implementar ações voltadas à ampliação do acesso, ao acompanhamento nutricional e à promoção da educação em saúde no âmbito do programa. Contudo, devido às limitações metodológicas dos estudos analisados, como a predominância de abordagens descritiva, há restrições quanto à generalização dos resultados e à identificação de relações causais, o que reforça a necessidade de pesquisas futuras com maior robustez metodológica.

1. Introdução

O Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), instituído pela Lei nº 6.321/1976 (Brasil, 1976) , constitui a mais longeva e abrangente intervenção socioalimentar do Estado brasileiro voltada à população economicamente ativa (Colares, 2005). Criado durante o regime militar, o programa visava inicialmente aumentar a produtividade nacional e reduzir o absenteísmo, combatendo quadros de desnutrição e doenças carenciais que comprometiam a força de trabalho (Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego, 2025; Colares, 2005; Silva, 2012).

Estruturado mediante cooperação entre governo, empregadores e empregados, o PAT utiliza incentivos fiscais para estimular o setor privado a fornecer alimentação nutricionalmente adequada aos seus colaboradores (Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego, 2025). A prioridade do programa são os trabalhadores que recebem até cinco salários-mínimos, sendo reconhecido como um mecanismo de proteção social e redistribuição indireta de renda (Stolte; Hennington; Bernardes, 2006).

Ao garantir o acesso à alimentação no ambiente laboral, o programa contribui para a redução da insegurança alimentar e a proteção do orçamento familiar, compartilhando com as empresas a responsabilidade pela segurança alimentar e nutricional de seus funcionários. Contudo, sua eficácia social tem sido objeto de debate, uma vez que a concentração dos benefícios em regiões mais industrializadas e em empresas de maior porte pode acentuar as desigualdades regionais no acesso ao direito à alimentação (Santos et al., 2007; Burlandy; Anjos, 2001).

A literatura científica tem historicamente associado a implementação do PAT à redução de acidentes de trabalho e à melhoria do ambiente laboral (Moura, 1986; Colares, 2005; Martinelli; Cavalli, 2019). O fornecimento de refeições adequadas está relacionado ao aumento do estado de alerta e à redução da fadiga crônica, fatores determinantes para a eficiência operacional e a segurança do trabalhador (Sousa et al., 2025; Brasil. Ministério da Saúde, 2014). Ademais, o programa atuaria como elemento de retenção de talentos e valorização do capital humano (Brasil. Ministério da Saúde, 2014), embora haja questionamentos acerca do alinhamento do valor calórico ofertado às demandas físicas contemporâneas, marcadas pelo aumento do sedentarismo ocupacional (Church et al., 2011).

Em face das mudanças no perfil nutricional da população brasileira, o PAT tem sofrido transformações significativas. Se na década de 1970 o foco era a erradicação da fome e o aporte calórico massivo, atualmente o desafio reside no controle do excesso de peso e das doenças crônicas não transmissíveis (Araújo; Souza; Trad, 2010). A Portaria Interministerial nº 66/2006 (Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego, 2006) estabeleceu parâmetros para macronutrientes e fibras com o objetivo de melhorar a qualidade nutricional das refeições em unidades de alimentação e nutrição vinculadas ao

PAT (Savio et al., 2005). No entanto, a adesão e a fiscalização permanecem heterogêneas no território nacional (Leão; Neto; Soares, 2025). Mais recentemente, alterações legislativas introduziram os conceitos de portabilidade e interoperabilidade dos cartões-alimentação por meio do Decreto nº 10.854/2021 (Brasil, 2021) e da Lei nº 14.442/2022 (Brasil, 2022), medidas que ampliaram a concorrência no setor e a liberdade de escolha do trabalhador, impondo novos desafios à vigilância nutricional.

Diante da magnitude do PAT, que atualmente abrange milhões de trabalhadores e mobiliza bilhões em renúncia fiscal, torna-se relevante sistematizar a produção científica disponível acerca de seus efeitos. Tal esforço não apenas fortalece a tomada de decisão informada por evidências, como também contribui para o aprimoramento contínuo dessa relevante política pública. Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo avaliar o efeito do PAT nos desfechos de saúde, sociais e laborais dos trabalhadores.

O relatório estrutura-se em uma seção de método, que apresenta as estratégias utilizadas para a seleção e análise das publicações incluídas; uma seção de resultados, que compreende a síntese dos principais achados; e uma seção de considerações finais. Nos apêndices, são disponibilizadas as estratégias de busca aplicadas às bases de dados, a relação dos textos excluídos e as respectivas razões de exclusão, conferindo maior transparência e reprodutibilidade ao percurso metodológico adotado.

2. Métodos

2.1 Tipo de estudo

O estudo foi elaborado no âmbito do Ciclo de Avaliação 2026 do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Governo Federal. A revisão rápida pretendeu gerar subsídios às etapas de resultados e impactos do PAT considerando as dimensões de saúde, sociais e laborais dos trabalhadores e trabalhadoras beneficiados pela política.

A **revisão rápida** configura-se como um produto de tradução do conhecimento voltado para apoiar processos de tomada de decisão informados por evidências científicas (Barreto et al., 2020) . Consiste na síntese de melhores evidências disponíveis para abordar um problema, com processos sistemáticos e transparentes, alinhados à metodologia de uma revisão sistemática tradicional. Entretanto, para ser elaborada em tempo hábil para sua utilização, são adotados alguns atalhos metodológicos ao longo de sua elaboração.

A revisão rápida é um método consolidado no âmbito das Políticas Informadas por Evidências, tendo o presente estudo seguido as orientações do guia da Organização Mundial da Saúde (Tricco et al., 2017). Além deste guia metodológico, o estudo foi desenvolvido com base em um formulário preenchido pela equipe de pesquisadores em conjunto com os demandantes. Neste documento foram especificadas a pergunta de pesquisa, os termos de busca, os critérios de elegibilidade dos estudos, bem como os possíveis elementos de análise dos resultados, os quais estão detalhados ao longo desta seção.

A revisão rápida foi conduzida mediante a seguinte pergunta de pesquisa: **"Qual é o efeito do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) nos desfechos de saúde, sociais e laborais dos trabalhadores no Brasil?"** A pergunta foi estruturada a partir do acrônimo PICO, cujos elementos estão descritos no quadro abaixo:

Quadro 1: Estrutura da pergunta de pesquisa

População (P)	Trabalhadores
Intervenção (I)	Programa de Alimentação do Trabalhador no Brasil
Comparador (C)	Sem comparador Programa de Alimentação do Trabalhador (antes e depois) Outras políticas, programas ou iniciativas.
Outcome (O)	Saúde; Sociais e Laborais

Fonte: Elaboração própria.

2.2 Critérios de elegibilidade

Conforme especificado acima, foram incluídos estudos sobre o PAT (instituído pela Lei nº 6.321/1976) que tivessem avaliado o seu efeito nos trabalhadores, em relação a parâmetros de **saúde**: diagnóstico nutricional (segurança alimentar), parâmetros bioquímicos (triglicerídeos, colesterol, glicemia), antropométricos (Índice de Massa Corporal, circunferência cintura, quadril, braço), alterações de saúde (sobrepeso, obesidade, diabetes, hipertensão arterial e outros); sociais: vulnerabilidade econômica e **social**; e **laborais**: absenteísmo, produtividade, tempo de permanência, força de trabalho, retenção de talentos, rotatividade e número de acidentes. Não foram considerados os estudos que avaliaram a qualidade da dieta ofertada aos trabalhadores.

Foram incluídos estudos primários realizados por meio de métodos qualitativos, quantitativos ou mistos, de qualquer delineamento, no formato de artigos, dissertações e teses. Os estudos deveriam ter sido conduzidos no contexto brasileiro e publicados em português, inglês e espanhol. Não foi aplicado nenhum recorte temporal.

Foram excluídos os resumos de congresso, capítulos de livro, guias, manuais, trabalhos de conclusão de curso e ainda artigos sem acesso ao texto completo. Estudos de revisão de literatura foram excluídos de modo a não gerar duplicidade nos resultados, entretanto, a lista de referências de cada uma das revisões identificadas nas buscas foi manualmente checada para avaliar a possibilidade de inclusão de algum estudo primário que porventura não tivesse sido incluído anteriormente no estudo. No caso de pesquisas publicadas em mais de um formato, por exemplo, como tese e artigo, foi mantido apenas o documento com maior detalhamento, checando-se sempre se nenhuma informação estava sendo perdida.

2.3 Busca de informações

Para a identificação dos estudos, foram realizadas buscas sistemáticas de alta sensibilidade em nove bases de dados/plataformas: Web of Science, Lens.org, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Research Papers in Economics (RePEc/EconPapers), Jstor, Pubmed, APA PsycInfo, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e o Portal de Periódicos Capes.

De modo a tornar a busca mais sensível, as estratégias foram desenvolvidas a partir do mapeamento sistemático de termos (palavras-chave/descritores) relacionados ao PAT. O mapeamento foi feito com base em busca prévia na literatura e por meio de consulta à especialistas no método do estudo e na temática trabalhada. Após o mapeamento, estratégias de busca piloto foram construídas para o PubMed e BVS. A partir da validação interna e externa das buscas, elas foram adaptadas para as demais bases de dados e plataformas. As estratégias foram operacionalizadas entre 09 e 12 de janeiro de 2026. O detalhamento das estratégias está apresentado no **Apêndice 1**.

2.4 Seleção, extração e análise dos dados

2.4.1 Seleção

Após a retirada das duplicidades, os metadados foram triados (leitura de títulos e resumos) de forma independente por duas pesquisadoras com o gerenciador bibliográfico Rayyan QCRI (Ouzzani et al., 2016). As divergências foram resolvidas por reunião de consenso com uma terceira pesquisadora. Na etapa de elegibilidade (leitura dos textos completos), o processo foi realizado por duas pesquisadoras sem pareamento e as dúvidas foram discutidas em reunião com outras duas pesquisadoras.

2.4.2 Extração

O instrumento para extração dos dados foi desenvolvido com base na pergunta de pesquisa e nas necessidades de informação apontadas pelos demandantes do estudo, utilizando-se uma planilha online do Microsoft Excel. Cada estudo foi extraído por uma pesquisadora, e as dúvidas foram resolvidas em reuniões de consenso. Foram extraídas as seguintes informações:

• **Características gerais dos estudos:** autor e ano, tipo de documento, objetivo do estudo, delineamento, local de realização do estudo, amostra e características dos participantes;

• **Informações do PAT:** modalidade de benefício, recomendações para a política e aspectos de equidade;

• **Resultados:** dimensões de análise (saúde, social e laboral), desfecho e resultados;

• **Outras informações:** conclusão dos autores, limitações dos estudos descritas pelos autores, limitações avaliadas pelas revisoras e financiamento.

2.4.3 Análise dos estudos

Os dados extraídos nos artigos foram agrupados nas três dimensões de análise (saúde, social e laboral), as quais foram estratificadas de acordo com o tipo de benefício concedido aos trabalhadores. Os desfechos foram também categorizados por similaridade de conteúdo e descritos em relação ao método de mensuração e principais resultados, destacando também no relato se eram informações provenientes de estudos com grupo comparador ou apenas descritivos.

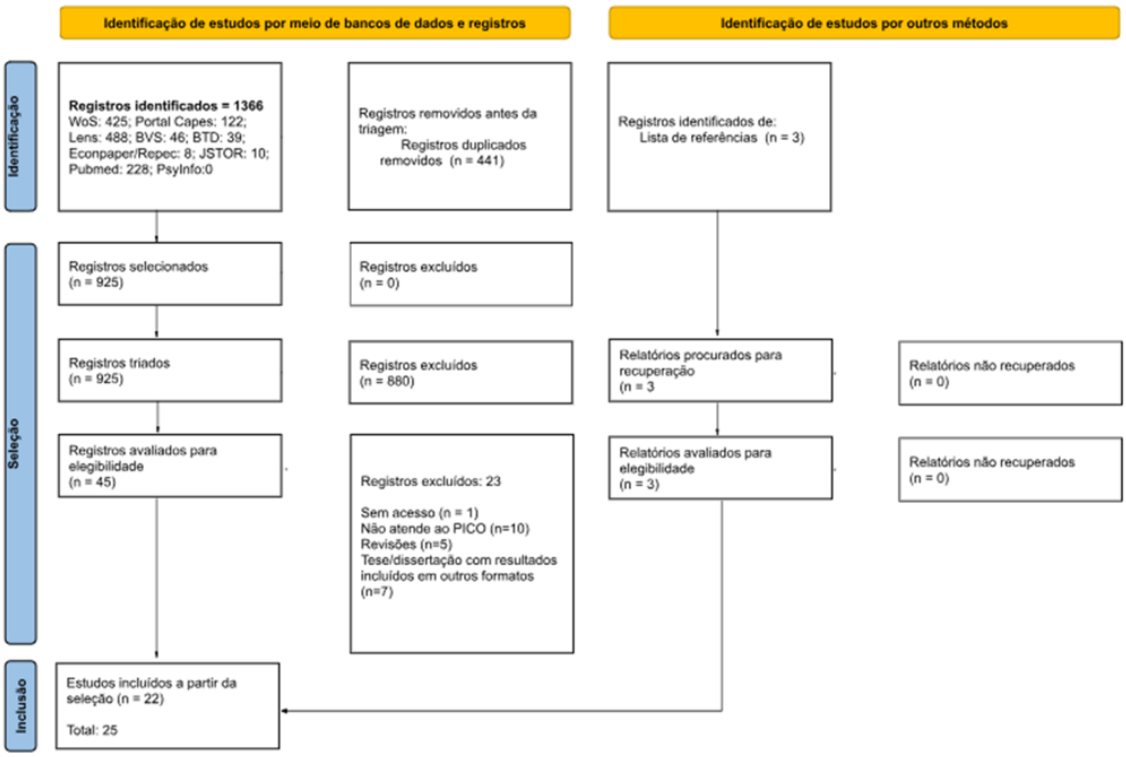
2.5 Atalhos metodológicos

Como é característico de uma revisão rápida, alguns atalhos metodológicos foram adotados (Haby et al., 2016). Na elegibilidade, cada texto completo foi lido por apenas uma pesquisadora, ou seja, de modo não pareado, este mesmo processo foi adotado na etapa de extração dos artigos e na análise dos resultados. Além disso, não foi realizada a avaliação da qualidade metodológica dos estudos incluídos, nem da qualidade das evidências identificadas.

3. Resultados

A partir das buscas foram identificados 1.366 registros. Desses, 441 referências eram duplicatas e foram excluídas. Durante a triagem, foram lidos títulos e resumos de 925 documentos, dos quais 45 foram selecionados para a leitura na íntegra. Ao final do processo de seleção, 25 estudos foram incluídos para a extração de dados. A **Figura 1** ilustra o fluxo de seleção dos estudos. No **Apêndice 2** estão listados os artigos excluídos na etapa de elegibilidade, acompanhados das respectivas razões de exclusão.

Figura 1: Fluxograma PRISMA



3.1 Características gerais dos estudos

Dos 25 estudos incluídos, todos apresentaram abordagem quantitativa, sendo que 16 adotaram delineamento **transversal**, três estudos foram descritos pelos autores como analíticos, dois foram de **coorte**, dois de **caso-controle**, um **estudo econômico** e um **estudo de caso**. Em relação ao tipo de documento, 17 eram **artigos acadêmicos**, cinco oriundos de teses e três de **dissertações**. Quanto aos dados analisados, 19 estudos utilizaram **dados primários**, ou seja, informações coletadas pelos próprios autores enquanto seis utilizaram dados de fontes secundárias.

No que diz respeito à abrangência geográfica, quatro estudos foram nacionais e utilizaram base

de dados secundários da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2008 e 2009 do IBGE. Para as regiões do país, observou-se que 11 estudos foram do Nordeste, cinco do Sul, seguidos de três do **Centro-Oeste**, um do **Sudeste** e um estudo avaliou em conjunto as regiões **nordeste e sudeste**.

O tamanho das amostras (N) era marcadamente distinto e variou conforme o delineamento do estudo. Nos estudos transversais o N era mais reduzido, variando de 19 a 1.044 indivíduos, enquanto nos inquéritos e estudos populacionais que utilizavam bases de dados secundárias, atingiu números maiores como 11.255 (Burlandy; Anjos, 2001), 190.159 (Hoffmann; Santiago, 2017) e 10.368 em coortes retrospectivas (Veloso, 2005).

Houve predominância do **gênero masculino** na maioria das amostras, frequentemente superior a 60%. A população era composta majoritariamente por **adultos jovens** e de meia-idade, concentrada entre **20 e 50 anos**. As médias de idade, quando relatadas, flutuaram entre 30 e 40 anos.

Os dados de **escolaridade e raça/cor** apresentaram-se como as principais lacunas de informação na maioria dos estudos, sendo apresentados dados sobre escolaridade em nove trabalhos e dados sobre raça/cor em três trabalhos. Quando citados, observou-se uma concentração no **ensino médio completo** e, em menor escala, no **ensino superior**. A variável raça/cor foi raramente descrita, com registros isolados de maioria **parda ou branca**.

Quanto aos estudos que abordaram os aspectos **laborais**, o predomínio foi de trabalhadores da **indústria de transformação e manufatureira**, além de serviços de alimentação. Em relação à modalidade do PAT, a forma mais comum de assistência entre os estudos analisados foi o **refeitório**, apresentado em 18 trabalhos. Na sequência, apareceram os trabalhos mistos, que analisaram mais de um tipo de benefício (n=5). O fornecimento de **auxílio alimentação e vale-alimentação** apareceu em um trabalho cada.

Não foram encontrados relatos de **financiamento das pesquisas** em 14 estudos, enquanto 11 relataram fontes de financiamento governamentais como da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)** e do **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ)**. No **Quadro 2** são apresentadas as principais características dos estudos incluídos.

Quadro 2. Características dos estudos incluídos, 2026.

ID	Autor, ano	Tipo de documento	Delineamento	Objetivo do estudo	Local do estudo	Amostra	Benefício	Fomento
01	Batista et al., 2015	Artigo	Transversal (Sem grupo comparador)	Avaliar a composição nutricional das refeições servidas em uma Unidade de Alimentação e Nutrição em relação aos parâmetros nutricionais estabelecidos pelo PAT e avaliar os fatores de risco associados às Doenças Crônicas Não Transmissíveis.	Paraná (Curitiba)	N: 19 trabalhadores; Idade: a maioria entre 20 e 50 anos; Gênero: masculino (68%) Escolaridade: NI Raça/cor: NI	Refeitório	NI
02	Bezerra et al., 2017	Artigo	Transversal (Com grupo comparador)	Avaliar se o PAT está associado a alterações no estado nutricional de trabalhadores da indústria de transformação.	Rio Grande do Norte (Natal)	N: 1096 trabalhadores (539 do PAT e 557 não PAT) Idade: Média de 30 a 31 anos Gênero: masculino (67,4%) Escolaridade: NI Raça/cor: NI	Refeitório, vale-refeição e cesta de alimentos	NI
03	Bortolozo, 2015	Tese	Transversal (Sem grupo comparador)	Investigar a composição energética e nutricional da refeição consumida no ambiente de trabalho, associando-a com gasto energético, nível de atividade física, estado nutricional e qualidade diária da dieta de trabalhadores da indústria	Paraná (Ponta Grossa)	N: 292 trabalhadores Idade: média dos homens 33,7 anos (±9,17) e mulheres 31,5 (±8,84) Gênero: Maioria masculino (76,7%) Escolaridade: Maioria ensino médio completo (29,5%) seguido de ensino superior (24,3%). Raça/Cor: NI	Refeitório	CAPES
04	Burlandy; Anjos, 2001	Artigo	Transversal (Sem grupo comparador)	Identificar os beneficiários preferenciais do PAT, especificamente no que se refere à oferta de cestas básicas e vale refeição/alimentação entre 1996 e 1997.	Nordeste (Fortaleza, Recife e Salvador) e Sudeste (Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo).	N: 11.255 trabalhadores (representando uma população expandida de 59.861.078 pessoas) Idade: igual ou superior a 20 anos. Gênero: Homens (47,5%) Escolaridade: NI Raça/Cor: NI	Vale-refeição, vale-alimentação ou cesta básica	NI

ID	Autor, ano	Tipo de documento	Delineamento	Objetivo do estudo	Local do estudo	Amostra	Benefício	Fomento
05	Canella et al., 2016	Artigo	Analítico (Pesquisa de Orçamento Familiar)	Avaliar a abrangência dos benefícios alimentação e refeição no Brasil, sua distribuição segundo as características sociodemográficas e regionais, e avaliar o estado nutricional dos beneficiários.	Brasil.	N: 2008 trabalhadores Idade: 30 a 49 anos (56,60%) Gênero: masculino (63%) Setor privado: (73,5%) Renda: mais de cinco salários mínimos (74,3%) Escolaridade: NI Raça/Cor: NI	Benefícios alimentação e refeição	CNPq
06	Cardozo et al., 2018	Artigo	Transversal (Sem grupo comparador)	Avaliar o estado nutricional dos funcionários da Unidade de Alimentação e Nutrição de dois restaurantes universitários.	Bahia (Juazeiro) e Pernambuco (Petrolina)	N: 24 trabalhadores Idade: entre 31-50 anos (66,67%; média de 35,24 ± 10,04 anos). Gênero: feminino (62,5%). Escolaridade: NI Raça/cor: parda (58,33%)	Refeitório	NI
07	Costa et al., 2022	Artigo	Transversal (Sem grupo comparador)	Comparar o estado nutricional e o consumo de nutrientes entre trabalhadores de empresas manufatureiras participantes e não participantes do PAT.	Rio Grande do Norte.	N: 929 trabalhadores em 33 empresas. 484 de empresas não PAT e 445 trabalhadores de empresas PAT Idade: média geral dos homens 38,7 a 34,1 anos: média geral das mulheres 39,9 a 41,9 anos Idade: Média dos Homens casados 69,3 a 61,1 e média das mulheres casadas 59,6 a 55,2. Escolaridade: NI Raça/Cor: NI	Refeitório	CAPES
08	Hoffmann, Santiago, 2017	Artigo	Analítico (Pesquisa de Orçamento Familiar)	Analisar como esse auxílio afeta a distribuição da renda no Brasil e também o efeito do auxílio alimentação sobre características antropométricas dos beneficiados	Brasil	N: 190.159 trabalhadores de todas as idades, N: 5.040 trabalhadores que recebiam auxílio alimentação. Idade: NI Escolaridade: NI Raça/Cor: NI	Auxílio alimentação	CNPq

ID	Autor, ano	Tipo de documento	Delineamento	Objetivo do estudo	Local do estudo	Amostra	Benefício	Fomento
09	Lanci; Matsumoto, 2013	Artigo	Transversal (Sem grupo comparador)	Analisar o valor calórico das refeições ofertadas e o estado nutricional de trabalhadores beneficiários do PAT em uma indústria.	Paraná (Paranavaí)	N: 99 trabalhadores. Idade: entre 18 e 50 anos Gênero: masculino (71,72%) Escolaridade: NI Raça/Cor: NI	Refeitório	NI
10	Lovato et al., 2013	Artigo	Transversal (Sem grupo comparador)	Estimar a prevalência de sobrepeso e obesidade e sua associação com o consumo de gordura saturada proveniente do óleo utilizado para as preparações.	Rio Grande do Sul (Caxias do Sul)	N: 150 trabalhadores Idade: NI Gênero: NI Escolaridade: NI Raça/Cor: NI	Refeitório	NI
11	Medeiros, 2007	Tese	Caso Controle	Verificar se variáveis alimentares e nutricionais constituem riscos para acidentes do trabalho.	São Paulo (Piracicaba)	N: 1.482 trabalhadores (600 casos - trabalhadores acidentados típicos e 882 controles - trabalhadores com acidentes não relacionados ao trabalho) Gênero: masculino (87,41% casos e 78,47% controles) Idade: média de 33 anos (DP= 10,41) Escolaridade: média de 8,39 anos (DP= 3,36) Raça/Cor: NI	Refeitório, vale-refeição e cesta de alimentos	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)
12	Meira et al., 2020	Artigo	Transversal (Sem grupo comparador)	Avaliar o estado nutricional, a qualidade da dieta e sua relação com doença cardiovascular, em trabalhadores de uma indústria de carnes.	Paraná (Pitanga)	N: 55 trabalhadores Idade: média (32,2 ± 9,9 anos) Gênero: masculino (67,3%) Escolaridade: ensino médio completo (43,6%), Raça/ Cor: branca (92,7%) Estado civil: casados (71,8%) Renda: renda familiar mensal média de 2604,00 ± 1168,16 reais	Refeitório	NI

ID	Autor, ano	Tipo de documento	Delineamento	Objetivo do estudo	Local do estudo	Amostra	Benefício	Fomento
13	Melo; Mesquita, 2014	Artigo	Transversal (Sem grupo comparador)	Determinar o perfil antropométrico, socioeconômico e de saúde de funcionários assistidos pelo PAT, e verificar a adequação calórica na alimentação recebida em seu ambiente de trabalho.	Ceará (Fortaleza)	N: 103 trabalhadores Idade: maioria entre 20 e 40 anos Gênero: feminino (76,7%) Estado Civil: casados (50,5%) Escolaridade: ensino médio completo (51,50%) Raça/Cor: NI	Refeitório	NI
14	Moura, 1986	Artigo	Caso-Controle	Avaliar PAT no que se refere a implantação, funcionamento e resultados em empresas.	Pernambuco (Recife, Região Metropolitana e interior)	N: 130 empresas (85 inscritas no PAT e 45 não inscritas) Atividade econômica: Grupo A (tecnologicamente mais sofisticada) - Controle 31,11%; Experimental 30,58%; Grupo B (mais intensivas em mão de obra) - Controle 35,56%; Experimental 42,35%; Grupo C (comércio e serviço) Controle 33,33%; Experimental 27,05%; Tamanho: Pequena - Controle 35,56%; Experimental 36,58%; Média - Controle 42,22%; Experimental 28,23%; Grande - Controle 22,22%; Experimental 28,23%	Refeitório	NI
15	Oliveira, 2006	Tese	Transversal (Sem grupo comparador)	Determinar dos fatores de risco associados a parâmetros bioquímicos e ao nível de atividade física de trabalhadores do PAT	Distrito Federal.	N: 419 indivíduos Idade: 21 a 49 anos (88,0%) Gênero: masculino (60,4%) Escolaridade: maioria com segundo grau (45,0%) Raça/ Cor: NI	Refeitório	Ministério da Saúde, CNPq e Finatec
16	Palialol; Pereda, 2021	Artigo	Estudo econômico	Avaliar o impacto do programa no consumo e no bem-estar, apresentando, portanto, uma análise de custo-benefício.	Brasil.	N: Domicílios com pelo menos um indivíduo, não ser do setor público que recebe vale-refeição Idade: entre 16 e 65 anos Gênero: homens (70,85%) Estado civil: casados (73,10%) Escolaridade: maioria alfabetizada. Raça/Cor: caucasianos (54,89%)	Vale-refeição.	NI

ID	Autor, ano	Tipo de documento	Delineamento	Objetivo do estudo	Local do estudo	Amostra	Benefício	Fomento
17	Paula; Dias, 2017	Artigo	Transversal (Sem grupo comparador)	Avaliar o cardápio oferecido, consumo alimentar e estado nutricional dos colaboradores de uma UAN.	São Paulo (Bebedouro)	N: 50 colaboradores Idade: média (39,56±8,34 anos), Gênero: masculino (52%) Estado civil: casados (40%) Escolaridade: NI Raça/Cor: NI	Refeitório	NI
18	Pereira, 2020	Dissertação	Transversal (Sem grupo comparador)	Estimar a prevalência da Síndrome Metabólica e seus componentes individuais entre trabalhadores da indústria e sua relação com o PAT	Rio Grande do Norte	N: 332 trabalhadores (16 empresas do PAT) e 344 trabalhadores (17 empresas não PAT) Idade: média de 34,3 a 39,3 para homens e 39,8 a 42,1 para mulheres. Estado civil: A maioria dos homens casados (62,0 a 74,2). Escolaridade: NI Raça/Cor: NI	Refeitório	CAPES
19	Reinaldo; Resende; Sant Anna, 2017	Artigo	Transversal (Sem grupo comparador)	Quantificar a prevalência de hipertensão arterial e avaliar a ingestão de sódio em uma unidade de alimentação e nutrição.	Sergipe (Nossa Senhora do Socorro)	N: 174 trabalhadores Idade: Média de 33,94 anos (± 10,85) Gênero: Homens (83,3%) Escolaridade: NI Raça/Cor: NI	Refeitório	NI
20	Santiago, 2019	Tese	Analítico (Pesquisa de Orçamento Familiar)	Analisar os impactos do auxílio alimentação nos índices antropométricos, especificamente no excesso de peso e na obesidade, e no consumo de grupos de alimentos e componentes alimentares dos beneficiados	Brasil	Empregado privado, público, doméstico e temporário na área rural. Idade: igual ou superior a 20 anos. Gênero: NI Escolaridade: NI Raça/Cor: NI	Auxílio alimentação, tíquete-alimentação, tíquete-refeição e cartão-refeição	NI
21	Savio et al., 2005	Artigo	Transversal (Sem grupo comparador)	Avaliar o padrão da refeição oferecida, o consumo alimentar e o estado nutricional dos clientes frequentadores dos restaurantes filiados PAT.	Distrito Federal (Brasília)	N: 1044 indivíduos Idade: entre 20 e 50 anos (88%) Gênero: homens (60%), Estado civil: com companheiro(a) (53,1%) Renda: 9 salários mínimos (37,4%) Escolaridade: segundo grau (44,9%) Raça/Cor: NI	Refeitório	Finatec (UNB) e Ministério da Saúde

ID	Autor, ano	Tipo de documento	Delineamento	Objetivo do estudo	Local do estudo	Amostra	Benefício	Fomento
22	Silva, 2012	Dissertação	Estudo de Caso	Verificar se existe uma relação entre o ato de se alimentar no trabalho e a sociabilidade entre os beneficiados de uma empresa que faz parte do PAT na modalidade autogestão.	São Paulo (Rio Grande da Serra)	N: 294 trabalhadores Idade: entre 19 a 29 anos (53,7%) Gênero: masculino (79,6%) Escolaridade: ensino médio (75,1%) Raça/Cor: NI	Refeitório	CNPq
23	Torres et al., 2020	Artigo	Coorte (prospectivo)	Comparar a mudança a longo prazo em indicadores antropométricos do estado nutricional e ingestão alimentar entre trabalhadores da indústria manufatureira aderentes e não aderentes ao PAT	Rio Grande do Norte.	N: 273 trabalhadores (143 PAT e 130 não PAT) A idade: média de 37,2 anos Gênero: masculino entre 66% a 79% da amostra. Estado civil: Casados (52% a 53%) Escolaridade: NI Raça/Cor: NI	Refeitório	CAPES
24	Vasconcelos, 2019	Dissertação	Transversal (Sem grupo comparador)	Estudar a prevalência de Hipertensão Arterial Sistêmica e os seus fatores associados em trabalhadores da indústria.	Pernambuco. (Recife)	N: 727 trabalhadores Idade: entre 30 e 39 anos Gênero: masculino (75,8%) Escolaridade: média de 12 anos (56,9%) Raça/Cor: NI	Refeitório	CNPq
25	Veloso, 2005	Tese	Coorte (retrospectivo)	Avaliar o impacto do PAT como de outros programas privados, no estado nutricional de trabalhadores.	Bahia (Salvador e interior)	N: 10368 trabalhadores Idade: entre 27 a 36 anos Gênero: homens (78,3%) Estado Civil: não casado (56,6%) Escolaridade: NI Raça/Cor: NI	Refeitório	NI

Fonte: Elaboração própria.

Em relação ao eixo da pesquisa, observou-se que a dimensão **saúde** foi a mais investigada (n=22) nos estudos do PAT, sendo que 16 estudos a analisaram de maneira exclusiva. Na sequência, apareceram os desfechos **sociais**, investigados em seis estudos. Apenas dois estudos trouxeram informações sobre desfechos **laborais**. No quadro abaixo **(Quadro 3)** é possível identificar quais foram as dimensões analisadas em cada um dos estudos incluídos.

Quadro 3: Estudos e dimensões de análises, 2026

Autor, ano	Saúde	Social	Laboral
Batista et al., 2015	■		
Bezerra et al., 2017	■	■	
Bortolozo, 2015	■		
Burlandy; Anjos, 2001	■	■	
Canella et al., 2016	■	■	
Cardozo et al., 2018	■		
Costa et al., 2022	■		
Hoffmann, Santiago, 2017	■	■	
Lanci; Matsumoto, 2013	■		
Lovato et al., 2013	■		
Medeiros, 2007	■		■
Meira et al., 2020	■		
Melo; Mesquita, 2014	■		
Moura, 1986			■
Oliveira, 2006	■		
Palialol; Pereda, 2021		■	
Paula; Dias, 2017	■		
Pereira, 2020	■		
Reinaldo; Resende; Sant Anna, 2017	■		
Santiago, 2019	■		
Savio et al., 2005	■		
Silva, 2012		■	
Torres et al., 2020	■		
Vasconcelos, 2019	■		
Veloso, 2005	■		

Fonte: Elaboração própria.

3.2 Efeitos do PAT

3.2.1 Resultados sobre a dimensão saúde do trabalhador

Dos 25 estudos analisados, 22 apresentaram resultados sobre a saúde dos trabalhadores. Destes, 15 avaliaram como benefício do PAT o provimento de **refeitórios** aos trabalhadores, seis apresentaram mais de um tipo de benefício e foram classificados como **mistos**, e um avaliou o **auxílio alimentação**. Abaixo, as mensurações feitas estão especificadas por tipo de benefício.

Benefício classificado como Refeitório

Aqui, os desfechos foram agrupados em quatro categorias: **Parâmetros antropométricos** (Estado nutricional, Adiposidade abdominal e Composição corporal); **Doenças Crônicas** (Prevalência de doenças crônicas e Risco cardiovascular); **Parâmetros Bioquímicos** (Perfil metabólico) e **Hábitos de vida** (Atividade física).

O **estado nutricional** foi o desfecho mais frequentemente avaliado entre os trabalhadores que realizavam parte de sua alimentação em refeitórios vinculados ao PAT, estando presente em 15 estudos. A população foi caracterizada quanto aos **níveis de eutrofia**, **sobrepeso e obesidade**, tendo como parâmetro o **Índice de Massa Corporal (IMC)**. Na sequência, apareceu a análise da **adiposidade abdominal** (n=7), mensurada por meio da circunferência da cintura (CC) (n=6) ou da relação cintura-quadril (RCQ)/ relação cintura-estatura (RCE) (n=1). Ainda em relação aos parâmetros antropométricos, um estudo avaliou a **composição corporal** dos beneficiários por meio da **análise da bioimpedância**.

A presença de **doenças crônicas** foi o segundo desfecho mais avaliado pelos autores (n=5) por meio da aferição do número de indivíduos com alguma morbidade ou comorbidades. A presença de Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS), diabetes e dislipidemia foram as mais citadas. A classificação do risco cardiovascular apareceu em um estudo, o qual foi feito com base na combinação das análises do IMC, composição da dieta e outros fatores de risco.

Por fim, no perfil metabólico, dois estudos avaliaram **parâmetros bioquímicos** relacionados ao perfil lipídico e glicêmico dos trabalhadores, enquanto um trabalho avaliou como **hábitos de vida**, a realização de atividade física.

Quadro 5: Resultados de saúde por mais de um tipo de benefício do Programa de Alimentação do Trabalhador, 2026. (Mistos)

Parâmetros Antropométricos			
Autor, ano	**Desfecho**	**Avaliação**	**Resultados**
Veloso, 2005	Estado nutricional: eutrofia, sobrepeso e obesidade	Razão de Taxa de Incidência – RTI (peso e IMC)	A RTI de ganho de peso foi significativamente superior entre trabalhadores vinculados a programas alimentares, registrando 17 casos/100 pessoas-ano no PAT e 19 casos/100 pessoas-ano em outros programas, em contraste com 10 casos/100 pessoas-ano no grupo sem cobertura. A RTI bruta indicou um incremento de risco de 71% para o PAT (RTI bruta = 1,71; IC95%: 1,45–2,00) e de 100% para os demais programas (RTI bruta = 2,00; IC95%: 1,70–2,35). Paralelamente, as taxas de crescimento anual de peso e de IMC nos beneficiários ($\sim$0,38 kg/ano e $\sim$0,13 kg/m^2/ano, respectivamente) foram aproximadamente o dobro das observadas nos não beneficiários (0,20 kg/ano e 0,07 kg/m^2/ano).
Bezerra et al., 2017	Estado nutricional: eutrofia, sobrepeso e obesidade	IMC	Trabalhadores vinculados ao PAT apresentaram indicadores antropométricos significativamente superiores aos de empresas não participantes, com IMC médio 0,99 kg/m^2 maior (IC de 95% de 0,37 a 1,61 kg/m^2, p = 0,002). A prevalência de excesso de peso (IMC $\geq$ 25 kg/m^2) foi de 62,6% no grupo PAT contra 55,5% no grupo sem cobertura ($p < 0{,}001$).
Santiago, 2019	Estado nutricional: eutrofia, sobrepeso e obesidade	IMC	Homens que recebem o benefício reduzem em 2,1 a 2,7 p.p. a probabilidade de serem eutróficos e aumentam em 2,0 a 2,4 p.p. a chance de excesso de peso. Também houve aumento de 0,4 a 0,5 p.p. na probabilidade de baixo peso. Nas mulheres, não houve diferença significativa para excesso de peso; porém o auxílio alimentação aumentou em aproximadamente 1,8 a 1,9 p.p. a probabilidade de obesidade. Na análise por renda, homens mais pobres apresentaram aumento de 3,0 a 3,8 p.p. na probabilidade de excesso de peso e de 1,8 p.p. na de obesidade. Entre mulheres de baixa renda, não foram observados efeitos significativos. Os efeitos foram desfavoráveis aos estratos mais baixos e medianos (aumento de sobrepeso e obesidade), e favoráveis aos estratos mais altos (redução da obesidade masculina).

Autor, ano	Desfecho	Avaliação	Resultados
Medeiros, 2007	Estado nutricional: eutrofia, sobrepeso e obesidade	IMC	No grupo Caso, a prevalência de excesso de peso (sobrepeso e obesidade I e II) foi de 46,15%, enquanto no grupo Controle esse valor foi de 48,43%. A eutrofia foi a classificação predominante em ambos os braços (50,00% no Caso e 47,45% no Controle), com proporções residuais de baixo peso (3,85% no grupo Caso e 4,14% no grupo Controle).
Burlandy; Anjos, 2001	Estado nutricional: eutrofia, sobrepeso e obesidade	IMC	Na região Sudeste, dentre os trabalhadores que recebiam o benefício, a prevalência de obesidade (38,4%) foi mais que o dobro da registrada no Nordeste (16,8%).
Canella et al., 2016	Estado nutricional: eutrofia, sobrepeso e obesidade	IMC	A avaliação do estado nutricional dos beneficiários revelou uma prevalência de excesso de peso de 53,0% (IC95%: 49,75%–56,27%), superando o grupo de indivíduos eutróficos ou com baixo peso, que totalizou 47,0% (IC95%: 43,73%–50,25%). A desnutrição (baixo peso) apresentou-se residual, atingindo apenas 2,3% da amostra.
Bezerra et al., 2017	Adiposidade abdominal	Circunferência de cintura (CC)	Trabalhadores vinculados ao PAT apresentaram indicadores antropométricos significativamente superiores aos de empresas não participantes, com CC média 1,53 cm maior (IC de 95% de 0,07 a 2,99 cm, p = 0,04). A prevalência de CC aumentada atingiu 23,3% no PAT e 20,6% em trabalhadores não vinculados ao PAT.
Doenças Crônicas			
Autor, ano	**Desfecho**	**Avaliação**	**Resultados**
Veloso, 2005	Classificação do risco cardiovascular	IMC, composição da dieta e fatores de risco	Trabalhadores do PAT apresentaram os maiores *scores* de risco para síndromes metabólicas, aumentando o risco cardiovascular.
Medeiros, 2007	Classificação do risco cardiovascular	IMC, composição da dieta e fatores de risco	Houve alta prevalência de risco cardiovascular com ganho de peso autorreferido no último ano superior a 59,0%.

Fonte: Elaboração própria.

Legendas: CC – Circunferência de Cintura; IC – Intervalo de Confiança; IMC – Índice de Massa Corporal; p – valor de probabilidade; PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador; p.p. – Pontos Percentuais; RTI – Razão da Taxa de Incidência.

Benefício classificado como Auxílio Alimentação

Um estudo avaliou especificamente o auxílio alimentação, tendo mensurado o estado nutricional dos trabalhadores por meio do IMC.

Quadro 6: Resultados de saúde pelo auxílio alimentação do Programa de Alimentação do Trabalhador, 2026.

Parâmetros Antropométricos			
Autor, ano	**Desfecho**	**Avaliação**	**Resultados**
Hoffmann; Santiago, 2017	Estado nutricional: eutrofia, sobrepeso e obesidade	IMC	O auxílio-alimentação exerceu um impacto positivo robusto no IMC masculino, sem repercussão significativa no estrato feminino; contudo, ao controlar pela RFPC, essa associação dissipou-se entre os homens, enquanto tornou-se marginalmente significativa ($p < 0{,}10$) para as mulheres. Observou-se um comportamento dicotômico da renda conforme o gênero: nos homens, a maior renda associou-se a um IMC elevado, ao passo que, nas mulheres, os estratos de maior rendimento apresentaram IMC significativamente inferior em comparação ao estrato de menor poder aquisitivo.

Fonte: Elaboração própria.
Legendas: IMC – Índice de Massa Corporal; *p* – valor de probabilidade; RFPC – Renda Familiar *per capita*.

Descrição dos achados em saúde para os parâmetros antropométricos

Em relação aos refeitórios, a caracterização do estado nutricional e da composição corporal dos trabalhadores evidenciou um cenário de transição nutricional onde o excesso de peso foi predominante. Entretanto, vale ressaltar que a maioria dos estudos foi apenas descritivo, ou seja, sem inferência robusta sobre o efeito do PAT.

A prevalência de eutrofia variou entre 29,1% (Meira et al., 2020) e 56,6% (Oliveira, 2006). O excesso de peso (sobrepeso e obesidade) mostrou-se elevado em diversas amostras: 46,66% (Mesquita; Mesquita, 2014), 53,53% (Lanci; Matsumoto, 2013) chegando a 74,0% (Batista et al., 2015) e 83,33% (Cardozo et al., 2019). Médias de IMC reportadas ficaram acima da faixa de normalidade, como 27,05 ± 4,90 kg/m2 (Meira et al., 2020) e 29,96 ± 6,08 kg/m2 (Cardozo et al., 2018).

A gordura localizada e a composição corporal confirmaram o diagnóstico de sobrepeso. (Cardozo et al., 2018), observaram que 100% dos indivíduos avaliados por bioimpedância apresentavam percentual de gordura acima do recomendado. Quanto à circunferência da cintura, 62,8% da amostra de (Vasconcelos, 2019) e 49,3% de (Lovato et al., 2013) apresentaram excesso de peso, com este último registrando 31,3% de obesidade abdominal.

No estudo de (Bortolozo, 2015), os homens apresentaram maior prevalência de sobrepeso (42,0%) e obesidade (19,2%) em comparação às mulheres (30,9% e 16,2%, respectivamente). Isso também foi encontrado em Paula; Dias (2017), que observou maior incidência de obesidade no estrato masculino, embora o risco metabólico por CC tenha sido predominante em mulheres (26,0% de risco elevado).

Entre os estudos que utilizaram grupos de comparação, (Torres et al., 2020) demonstraram que o grupo vinculado ao PAT apresentou incremento antropométrico estatisticamente superior ao grupo controle (p = 0,0006), com ganho médio de CC excedente em 1,37 cm. Pereira, 2020 também verificou maior prevalência de CC elevada em trabalhadores do PAT (47,0%) comparado aos não beneficiários (29,4%; p < 0,001). Foram observadas disparidades significativas no excesso de peso em homens vinculados ao PAT (33,0% vs. 23,9%; p = 0,008) (Pereira, 2020). Homens beneficiados pelo programa apresentaram maior prevalência de obesidade, enquanto nas mulheres, os indicadores foram superiores no grupo não beneficiário (Costa et al., 2022).

Os estudos com avaliação mista dos benefícios propuseram isolar o efeito do benefício alimentar ao comparar trabalhadores vinculados ao PAT com grupos sem cobertura, onde a Taxa de Incidência (RTI) de ganho de peso foi significativamente maior em trabalhadores beneficiários do PAT. O grupo PAT registrou 17 casos/100 pessoas-ano, um risco 71% superior ao grupo sem cobertura (10 casos/100 pessoas-ano). Além disso, o crescimento anual do IMC nos beneficiários (0,13 kg/m2/ano) foi quase o dobro do observado nos não-beneficiários (0,07 kg/m2/ano) (Veloso, 2005).

Trabalhadores do PAT apresentaram IMC médio 0,99 kg/m2 superior (p = 0,002) e circunferência da cintura (CC) média 1,53 cm maior (p = 0,04) em relação aos trabalhadores de empresas não participantes do programa. A prevalência de excesso de peso foi de 62,6% no PAT contra 55,5% no grupo controle (Bezerra et al., 2017).

Em homens, o benefício reduziu a probabilidade de eutrofia em até 2,7 pontos percentuais (p.p.) e elevou a chance de excesso de peso em até 2,4 p.p. O efeito é particularmente desfavorável para homens de baixa renda (aumento de 3,0 a 3,8 p.p. no excesso de peso). Já em mulheres, o auxílio aumentou a probabilidade de obesidade em cerca de 1,9 p.p. (Santiago, 2019).

Diferente do observado em outros trabalhos, (Medeiros, 2007) não observou disparidade significativa entre os grupos, com prevalência de excesso de peso de 46,15% no grupo caso e 48,43% no controle.

Os estudos descritivos e transversais caracterizam o estado nutricional dos beneficiários e as variações regionais dentro do programa, sem estabelecer um grupo controle direto na citação apresentada. A avaliação do estado nutricional dos beneficiários apontou que o excesso de peso atingiu 53,0% da amostra, superando o contingente de eutróficos (47,0%). O baixo peso foi considerado residual, afetando apenas 2,3% (Canella; Martins; Bandoni, 2016).

Observa-se uma marcante diferença geográfica na prevalência de obesidade entre trabalhadores beneficiários: a região Sudeste registrou 38,4%, valor que representa mais do que o dobro do encontrado na região Nordeste (16,8%) (Burlandy; Anjos, 2001).

No trabalho cuja avaliação do benefício foi o auxílio alimentação, observou-se um efeito positivo robusto no Índice de Massa Corporal (IMC) masculino, sem repercussão estatística no grupo feminino. No entanto, a inclusão da Renda Familiar Per Capita (RFPC) como variável de ajuste

dissipou a associação no estrato masculino, enquanto revelou uma significância marginal ($p < 0,10$) para as mulheres. Este fenômeno é explicado pelo comportamento dicotômico da renda conforme o gênero. Nos homens, a RFPC operou como um fator de risco para a elevação do IMC. Em contrapartida, no grupo feminino, os estratos de maior rendimento apresentaram IMC significativamente inferior em comparação àqueles de menor poder aquisitivo (Hoffmann; Santiago, 2017).

Descrição dos achados em saúde para Doenças Crônicas Não Transmissíveis

Os estudos que avaliaram como benefício do PAT o provimento de refeitórios aos trabalhadores engloba em sua a totalidade manuscritos descritivos e transversais, caracterizados por análises de prevalência e correlação em populações específicas, cuja presença de doenças crônicas variou entre 21,8% e 36,88% nas amostras (Mesquita; Mesquita, 2014; Meira et al., 2020). A hipertensão arterial sistêmica (HAS) consolidou-se como a condição mais frequente, atingindo 100% dos indivíduos acometidos em séries menores (Batista et al., 2015) e 36,4% em contextos industriais (Vasconcelos, 2019). A dislipidemia apareceu como uma comorbidade relevante, afetando 11% dos hipertensos em estudos específicos (Batista et al., 2015).

O excesso de peso (IMC > 25,0 kg/m²) apresentou forte correlação com a HAS, sendo identificado na quase totalidade dos hipertensos em uma amostra (Mesquita; Mesquita, 2014) e em 90% (57% sobrepeso; 33% obesidade) no estudo de (Reinaldo; Resende; Sant'Anna, 2017).

Além do IMC ($p = 0,001$), o avanço da idade ($p = 0,03$) e o aporte calórico ($p = 0,05$) foram determinantes significativos para o risco cardiovascular (Meira et al., 2020). O tempo de exposição laboral também foi identificado como fator de risco progressivo para o desenvolvimento de doenças (Vasconcelos, 2019), e quase metade da população estudada (45,45%) apresentou risco cardiovascular acima da normalidade, com 17,17% classificados em risco muito elevado (Lanci; Matsumoto, 2013).

Nos estudos com avaliação mista dos benefícios, a exposição ao Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) foi relatada pelos autores como um fator de agravamento para componentes da síndrome metabólica. A identificação de scores de risco superiores no grupo de beneficiários do PAT está associada a um maior risco cardiovascular (Veloso, 2005). Em estudo pautado em análise transversal observou-se alta prevalência de risco cardiovascular, associada a um ganho de peso autorreferido superior a 59,0% da amostra no último ano (Medeiros, 2007).

Descrição dos achados em saúde para os parâmetros bioquímicos.

Apenas trabalhos que avaliaram como benefício do PAT o provimento de refeitórios aos trabalhadores, fizeram avaliação de parâmetros bioquímicos dos trabalhadores.

Na análise dos estudos com grupo comparador, a vinculação ao PAT foi associada a um risco metabólico elevado em comparação a trabalhadores não vinculados. O grupo exposto ao programa

registrou prevalência significativamente maior de glicemia de jejum elevada (8,9% vs. 6,3%; p < 0,001), acompanhada de dislipidemia (Pereira, 2020).

Em estudos descritivos com trabalhadores do PAT, indivíduos com IMC > 25,0 kg/m² apresentaram um perfil lipídico e glicêmico significativamente mais grave quando comparados ao grupo de trabalhadores eutróficos. Esse desequilíbrio é caracterizado pelo aumento das frações aterogênicas (LDL-c, VLDL-c e TG) e redução do HDL-c (Oliveira, 2006).

A análise estratificada por gênero demonstrou que homens apresentam níveis lipídicos e glicêmicos superiores, com destaque para a hipertrigliceridemia (Pereira, 2020; Oliveira, 2006). Em contrapartida, as mulheres apresentaram consistentemente maiores concentrações de HDL-c, independentemente do status de peso, embora o excesso de peso nelas impulsione o aumento do CT e LDL-c (Oliveira, 2006; Pereira, 2020).

3.2.2 Resultados sobre a dimensão social do trabalhador

Dos 25 estudos analisados, seis apresentaram informações sobre a dimensão social do trabalhador (Burlandy; Anjos, 2001; Canella; Martins; Bandoni, 2016; Hoffmann; Santiago, 2017; Palialol; Pereda, 2021; Silva, 2012; Bezerra et al., 2017).

Destes, dois avaliaram como benefício do PAT o provimento de refeitórios aos trabalhadores, dois o auxílio-alimentação; um trabalho avaliou o vale-refeição e um trabalho avaliou mais de um tipo de benefício sendo classificado como estudo misto. Abaixo, as mensurações feitas estão especificadas por tipo de benefício.

Quadro 7: Resultados do contexto social dos refeitórios do Programa de Alimentação do Trabalhador, 2026.

Autor, ano	Desfecho	Avaliação	Resultados
Silva, 2012	Socialização	Interação social	85,7% dos colaboradores realizam o almoço com colegas do mesmo setor. Essa proximidade reflete-se na qualidade do clima organizacional, com 98% dos trabalhadores relatando uma relação interpessoal classificada como “boa” ou “muito boa”.
	Ambiente	Espaço físico	29,9% dos trabalhadores priorizam a existência de espaços destinados à descontração e descanso. 23,9% enfatizam a importância da higiene e limpeza do ambiente.
Bezerra et al., 2017	Caracterização socioeconômica	Escolaridade	Os trabalhadores de empresas aderentes ao PAT têm maior escolaridade (69% *vs.* 37% com ensino médio completo ou superior, $p < 0{,}001$).
		Renda	Os trabalhadores beneficiários do PAT possuíam renda mais alta (45% *vs.* 30% com renda acima de um salário mínimo, $p = 0{,}04$), e participação mais frequente em programas de treinamento internos (28% *vs.* 16%, $p < 0{,}001$).

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 8: Resultados do contexto social do auxílio alimentação do Programa de Alimentação do Trabalhador, 2026.

Autor, ano	Desfecho	Avaliação	Resultados
Canella et al., 2016	Equidade de acesso	Valores médios	O valor médio nacional do auxílio-alimentação foi de R$ 177,20 (IC95%: R$ 166,08 – R$ 188,31). Os estratos com maiores médias incluíram a Região Centro-Oeste (R$ 232,46), áreas urbanas (R$ 178,75), o setor público (R$ 227,28) e a faixa de renda superior a 10 salários mínimos (R$ 239,39). Em contrapartida, as regiões Sul e Sudeste apresentaram valores médios inferiores à média nacional.
Hoffmann; Santiago, 2017	Equidade de acesso	Renda familiar *per capita*	A razão de concentração do benefício superou o Índice de Gini da Renda Familiar *Per Capita* (0,561), com o decil mais pobre recebendo menos de 0,1%, enquanto o benefício ultrapassa 1% apenas nos oitavos e nonos decis mais ricos. Há uma correlação positiva forte entre o salário médio e o acesso ao auxílio, tanto em termos de prevalência quanto no valor médio recebido.

Continua na próxima página

Autor, ano	Desfecho	Avaliação	Resultados
		Renda	Apenas 13% das famílias brasileiras receberam auxílio-alimentação, evidenciando uma desigualdade significativa. A média de rendimentos dos beneficiários (R$ 2.027) é mais do que o dobro da média dos não beneficiados (R$ 995), reforçando a natureza regressiva do programa.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 9: Resultado do contexto social do vale-alimentação do Programa de Alimentação do Trabalhador, 2026.

Autor, ano	Desfecho	Avaliação	Resultados
Palialol; Pereda, 2021	Assistência alimentar	Benefício às empresas	O PAT beneficia principalmente grandes empresas nas regiões Sudeste e Sul, permitindo que empresas no regime de lucro real deduzam até 4% do imposto de renda.
		Papel dos sindicatos	Cerca de 60% dos acordos coletivos mencionam benefícios alimentares, refletindo a influência dos sindicatos nos setores que concentram os beneficiários do PAT.
		Atratividade da oferta de trabalho	O benefício do PAT aumenta a atratividade de ofertas de trabalho, especialmente entre trabalhadores de baixa renda.
		Padrão alimentar e renda	Maior consumo não necessariamente implica em melhor nutrição, levantando preocupações sobre padrões alimentares prejudiciais, especialmente entre as famílias de baixa renda.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 10: Resultado do contexto social analisando mais de um tipo de benefício do Programa de Alimentação do Trabalhador, 2026. (Mistos)

Autor, ano	Desfecho	Avaliação	Resultados
Burlandy; Anjos, 2001	Acesso ao benefício	Vale-alimentação Cesta básica	A prevalência de recebimento de vale-refeição ou cesta básica na população ocupada foi de 19,9%.
		Regionalização	Disparidade regional acentuada entre o Sudeste (24,9%) e o Nordeste (11,7%). O recorte por situação de domicílio revela que, em áreas urbanas, o Sudeste atingiu 25,9% contra 15,8% no Nordeste; já em áreas rurais, os índices foram de 17,0% e 5,5%, respectivamente.
		Rendimento	Adicionalmente, identificou-se uma correlação positiva entre o rendimento mensal e o acesso ao benefício.

Fonte: Elaboração própria.

Descrição dos achados do contexto social

Nos trabalhos cujo benefício do PAT foi o refeitório aos trabalhadores, a análise de (Bezerra et al., 2017) demonstra que a presença de um plano de alimentação estruturado atua como um marcador de diferenciação organizacional. Colaboradores de empresas aderentes apresentam um perfil de capital humano superior, com maior escolaridade (69% vs. 37%; $p < 0,001$) e renda (45% vs. 30%; $p = 0,04$).

Adicionalmente, observou-se uma correlação positiva com o investimento em desenvolvimento profissional nos trabalhadores do PAT, evidenciada pela maior frequência em treinamentos internos (28% vs. 16%; $p < 0,001$). Dados de caráter descritivo apresentados por (Silva, 2012) sublinham o papel da alimentação como catalisador de coesão social, onde 85,7% dos colaboradores compartilham o momento da refeição, contribuindo para que 98% classifiquem as relações interpessoais positivamente. A infraestrutura física também emerge como fator crítico de valorização, com destaque para áreas de descanso (29,9%) e rigor higiênico (23,9%). A satisfação com a qualidade do serviço é alta, atingindo 56% de aprovação máxima.

Nos trabalhos que avaliaram o auxílio-alimentação, o estudo de (Hoffmann; Santiago, 2017) evidencia a natureza regressiva da distribuição do auxílio-alimentação no Brasil através da análise comparativa entre decis de renda e status de beneficiário. A prevalência do benefício é restrita a 13% das famílias, com uma concentração desproporcional nos estratos de maior renda (8º e 9º decis). A disparidade é ratificada pela média de rendimentos: beneficiários possuem uma renda média de R$ 2.027, valor 103,7% superior aos R$ 995 registrados para os não beneficiados. O coeficiente de concentração do benefício supera o Índice de Gini da Renda Familiar Per Capita (0,561), inferindo que o auxílio poderia atuar como um vetor de acentuação da desigualdade de renda.

Uma análise descritiva (Canella; Martins; Bandoni, 2016) detalhou a caracterização do valor médio nacional do benefício, estabelecido em R$ 177,20 (IC95%: 166,08 – 188,31), e demonstra uma heterogeneidade estrutural e geográfica, onde o setor público (R$ 227,28) e a Região Centro-Oeste (R$ 232,46) apresentam os maiores aportes financeiros. Além disso, observa-se um gradiente socioeconômico direto, onde a faixa de renda superior a 10 salários-mínimos recebe os valores mais elevados (R$ 239,39), enquanto as regiões Sul e Sudeste mantêm médias abaixo do índice nacional.

Ao avaliar o recebimento de vale refeição (Palialol; Pereda, 2021) um estudo indicou que o PAT opera como um instrumento de política pública com forte viés de concentração regional e corporativa, beneficiando predominantemente grandes empresas nas regiões Sudeste e Sul do Brasil. A adesão ao programa é impulsionada por incentivos fiscais, permitindo a dedução de até 4% do Imposto de Renda para organizações tributadas pelo regime de lucro real. Adicionalmente, a força sindical desempenha um papel determinante na capilaridade do programa, visto que aproximadamente 60% dos acordos coletivos estipulam benefícios alimentares.

Do ponto de vista socioeconômico e nutricional, os resultados indicam que a assistência alimentar funciona como um diferencial competitivo, aumentando a atratividade de ofertas de emprego, notadamente entre a população de baixa renda, e famílias beneficiárias apresentam um consumo alimentar de 4,1% a 5,7% superior em comparação ao cenário de recebimento do valor financeiro correspondente. Esse impacto é amplificado em domicílios de menor renda, onde o consumo total variou de 15,7% a 25,0%; e embora o PAT eleve o volume de alimentos adquiridos, a análise de heterogeneidade demonstra que o aumento quantitativo não se traduz, necessariamente, em melhora qualitativa da dieta. Observa-se a persistência de padrões alimentares prejudiciais, o que levanta preocupações sobre a eficácia do programa na promoção da segurança nutricional (Palialol; Pereda, 2021).

No trabalho cujo benefício é avaliado de forma mista, a análise dos dados indica que o acesso a benefícios como vale-refeição ou cesta básica na população ocupada é marcado por uma distribuição heterogênea, onde a probabilidade de um trabalhador no Sudeste receber auxílio alimentação é mais que o dobro da observada no Nordeste (24,9% vs. 11,7%) com a cobertura nacional limitada a aproximadamente um quinto dos trabalhadores. Essa disparidade é amplificada pela situação do domicílio, atingindo seu ponto crítico no meio rural, onde a cobertura no Sudeste (17,0%) é mais de três vezes superior à do Nordeste (5,5%). No contexto urbano, embora os índices sejam maiores em ambas as regiões, a distância entre o Sudeste (25,9%) e o Nordeste (15,8%) permanece acentuada (Burlandy; Anjos, 2001) .

3.2.3 Resultados sobre a dimensão laboral do trabalhador

Apenas dois estudos apresentaram informações sobre a dimensão laboral do trabalhador (Moura, 1986; Medeiros, 2007). Em um trabalho, o benefício do PAT analisado foi o provimento de refeitórios aos trabalhadores e, no outro, a avaliação do benefício foi mista.

Quadro 11: Resultados do contexto laboral analisando mais de um tipo de benefício do Programa de Alimentação do Trabalhador, 2026. (Mistos)

Autor, ano	Desfecho	Avaliação	Resultados
Medeiros, 2007	Acidente de trabalho	Fator de Risco	Entre os beneficiários do PAT foi identificado risco aumentado de acidentes de trabalho entre aqueles que recebem cesta de alimentos (RC = 1,30, p = 0,0414) e vale refeição/alimentação (RC = 1,39, p = 0,00350).
		Fator de Proteção	A maior escolaridade e o consumo de uma refeição típica no jantar mostraram-se como fatores de proteção.

Fonte: Elaboração própria.

Descrição dos achados do contexto laboral

No estudo onde houve grupo comparador, a evidência aponta para uma correlação estatisticamente significativa entre o recebimento de benefícios alimentares e a ocorrência de acidentes. O fornecimento de cestas de alimentos elevou o risco de acidentes em 30% (RC = 1,30; p = 0,0414), enquanto o uso de vale-refeição ou alimentação apresentou um risco 39% superior (RC = 1,39; p = 0,00350). Em contrapartida, variáveis como maior nível de escolaridade e o consumo de refeições tradicionais (jantar típico) atuaram como fatores de proteção contra esses eventos (Medeiros, 2007).

As análises baseadas em observação de coorte única demonstram estabilidade clínica e funcional. Não foram registradas elevações na incidência ou prevalência de doenças, mantendo-se a estabilidade nas taxas de licenças médicas anuais. Observou-se, contudo, um declínio expressivo no número de dias perdidos por acidentes de trabalho e na rotatividade (turnover) dos funcionários. O absenteísmo apresentou tendência de redução, com médias de licença variando entre 2,81 e 5,67 dias por trabalhador/ano (Moura, 1986).

4. Recomendações para o PAT

Alguns estudos analisados apresentaram recomendações para o PAT, sugerindo a extensão do programa ao trabalhador rural, ao setor informal e ao apoio a pequenas e médias empresas para ações educativas e de promoção à saúde (Moura, 1986; Burlandy; Anjos, 2001). Além disso, de acordo com os autores, o programa deveria ser uma escolha dos trabalhadores, considerando as suas preferências e realidades econômicas (Paula; Dias, 2017).

Outros estudos ressaltaram a importância de focar na qualidade nutricional e na promoção de estilos de vida saudáveis, especialmente em um cenário de transição nutricional, onde a obesidade é uma preocupação (Veloso, 2005; Bezerra et al., 2017), sendo fundamental alinhar ações à agenda de segurança alimentar e nutricional (Medeiros, 2007).

Para prevenção de doenças crônicas, são necessários acompanhamento nutricional, programa de alimentação saudável, atividades de educação em saúde e monitoramento da saúde do trabalhador (Lanci; Matsumoto, 2013; Lovato et al., 2013; Meira et al., 2020; Mesquita; Mesquita, 2014). A eficácia das políticas deve ser avaliada a longo prazo e em diferentes populações e contextos (Costa et al., 2022).

5. Aspectos de equidade

Observou-se iniquidade no acesso ao PAT, que atende insuficientemente as regiões mais pobres do Nordeste e as faixas de renda mais baixas (Burlandy; Anjos, 2001). A concentração de beneficiários é maior no Sudeste, com acesso privilegiado para homens e estratos de renda elevados (Canella; Martins; Bandoni, 2016; Santiago, 2019). O auxílio é regressivo e tende a aumentar as desigualdades de renda per capita (Hoffmann; Santiago, 2017; Santiago, 2019), sendo necessário focar mais em trabalhadores de baixa renda, especialmente aqueles com até 2 salários-mínimos (Moura, 1986).

A elegibilidade restrita para o programa pode impactar o acesso equitativo à assistência alimentar, destacando a necessidade de justiça social para todos os trabalhadores (Palialol; Pereda, 2021). Também é importante monitorar a insegurança alimentar, especialmente entre mulheres (Costa et al., 2022), considerando questões sociais relacionadas ao corpo feminino e à adequação nutricional para esse grupo (Meira et al., 2020; Pereira, 2020).

Além disso, desigualdades na saúde são observadas conforme a função na indústria, com menor escolaridade e renda correlacionadas a uma maior prevalência de doenças crônicas (Vasconcelos, 2011).

6. Principais Limitações

Alguns estudos analisados relatam limitações como amostra pequena (Silva, 2012; Meira et al., 2020), amostra por conveniência e uso de autorrelato para mensuração dos desfechos (Batista et al., 2015). A natureza dos estudos (Medeiros, 2007)e a não avaliação do consumo alimentar fora do ambiente de trabalho são limitantes para inferência de causalidade (Bezerra et al., 2017; Pereira, 2020; Vasconcelos, 2011; Lanci; Matsumoto, 2013; Meira et al., 2020; Reinaldo; Resende; Sant'Anna, 2017; Veloso, 2005; Mesquita; Mesquita, 2014).

Além disso, o uso de base de dados secundárias, como a POF, com limitações de diferenciações e na vinculação com o programa (Burlandy; Anjos, 2001; Santiago, 2019; Veloso, 2005) , a subestimação do recebimento dos benefícios (Canella; Martins; Bandoni, 2016) e falta de análise da renda total familiar (Hoffmann; Santiago, 2017) são também limitações identificadas nos estudos.

Algumas pesquisas também foram limitadas a um âmbito geográfico específico, com um número restrito de setores de atividade econômica, avaliando apenas refeição em refeitório (Torres et al., 2020; Costa et al., 2022).

Ao analisar os estudos incluídos nesta revisão, observou-se que eles apresentam métodos diversificados de condução da pesquisa e análise, além da população heterogênea, o que, juntamente com as limitações metodológicas, restringe a generalização dos achados ou a atribuição de relações causais.

7. Considerações Finais

O objetivo desta síntese foi identificar evidências que subsidiassem a avaliação do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). Para tanto, foram analisados 25 estudos que investigavam as dimensões relativas à saúde, contexto social e laboral dos trabalhadores. Os estudos incluídos foram quantitativos, com a maioria apresentando delineamento transversal.

Os resultados evidenciam interseção entre saúde, condições sociais e laborais, destacando desigualdades no acesso aos benefícios do PAT, especialmente em regiões e grupos de maior vulnerabilidade. As disparidades de gênero e a influência de renda e escolaridade nos perfis de saúde demonstram a necessidade de um enfoque mais equitativo no programa.

Apesar dos esforços para promover a saúde e a nutrição adequada, os estudos sugerem que a participação no PAT está associada a um aumento nos indicadores de sobrepeso e obesidade e, consequentemente risco para Doenças Crônicas Não Transmissíveis. Para mitigar o impacto negativo observado, é essencial o acompanhamento nutricional robusto e a promoção de educação em saúde para a prevenção de agravos à saúde do trabalhador que possam ser decorrentes da alimentação.

Além disso, a revisão destacou limitações significativas nos estudos, como amostras pequenas, restrições geográficas e metodológicas que dificultam a generalização dos achados e relações causais. Portanto, é fundamental investir em pesquisas mais robustas, para garantir uma análise completa e representativa do PAT.

Referências Bibliográficas

ARAúJO, M. P. N.; SOUZA, J. C.; TRAD, L. A. B. A alimentação do trabalhador no brasil: um resgate na produção científica nacional. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 975–992, out./dez. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702010000400008>. Acesso em: 20 jan. 2026. Citado na página 7.

BARRETO, J. et al. *Metodologias para produção de sínteses de evidências (revisões rápidas): Subprojeto RAPID – Relatório*. [S.l.], 2020. 1. ed., versão eletrônica. Coordenação-geral: Jorge Otávio Maia Barreto. Citado na página 9.

BATISTA, P. L. et al. Refeições servidas em unidade de alimentação e nutrição: uma avaliação da saúde dos trabalhadores. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, [S. l.], v. 28, n. 4, p. 578–586, 2015. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/RBPS/article/view/3694>. Acesso em: 20 jan. 2026. Citado 3 vezes nas páginas 24, 26 e 35.

BEZERRA, I. W. et al. Evaluation of the nutritional status of workers of transformation industries adherent to the brazilian workers' food program. a comparative study. *PLoS One*, [s. l.], v. 12, n. 2, p. e0171821, fev. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0171821>. Acesso em: 20 jan. 2026. Citado 5 vezes nas páginas 25, 27, 30, 33 e 35.

BORTOLOZO, E. A. F. Q. *Alimentação, gasto energético, nível de atividade física e estado nutricional de trabalhadores industriais*. Tese (Tese (Doutorado em Engenharia de Produção)) — Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2015. 194 f. Citado na página 24.

Brasil. *Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976. Dispõe sobre a dedução, do lucro tributável para fins de imposto sobre a renda das pessoas jurídicas, do dobro das despesas realizadas em programas de alimentação do trabalhador*. Brasília, DF: [s.n.], 1976. Diário Oficial da União, 15 abr. 1976. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6321.htm>. Acesso em: 20 jan. 2026. Citado na página 7.

Brasil. *Decreto nº 10.854, de 10 de novembro de 2021. Regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista e institui o Programa Permanente de Consolidação, Simplificação e Desburocratização de Normas Trabalhistas Infralegais*. Brasília, DF: [s.n.], 2021. Diário Oficial da União. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/d10854.htm>. Acesso em: 20 jan. 2026. Citado na página 8.

Brasil. *Lei nº 14.442, de 2 de setembro de 2022. Dispõe sobre o pagamento de auxílio-alimentação ao empregado e altera a Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, e a Consolidação das Leis do Trabalho*. Brasília, DF: [s.n.], 2022. Diário Oficial da União. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/l14442.htm>. Acesso em: 20 fev. 2026. Citado na página 8.

Brasil. Ministério da Saúde. *Guia alimentar para a população brasileira*. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2026. Citado na página 7.

Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego. *Portaria Interministerial nº 66, de 25 agosto de 2006*. Brasília, DF: [s.n.], 2006. MTE. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho/pt-br/assuntos/empregador/programa-de-alimentacao-do-trabalhador-pat/arquivos-legislacao/portarias-interministeriais/pat_portaria_interministerial_66_2006.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2026. Citado na página 7.

Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego. *Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT): atualização CGSST. Versão 2*. Brasília, DF, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/servicos/empregador/programa-de-alimentacao-do-trabalhador-pat/faq-atualizacao-cgsst_fev2025-1.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2026. Citado na página 7.

BURLANDY, L.; ANJOS, L. A. Acesso a vale-refeição e estado nutricional de adultos beneficiários do programa de alimentação do trabalhador no nordeste e sudeste do brasil 1997. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, p. 1457–1464, nov./dez. 2001. Citado 8 vezes nas páginas 7, 13, 25, 27, 31, 33, 34 e 35.

CANELLA, D. S.; MARTINS, A. P. B.; BANDONI, D. H. Iniquidades no acesso aos benefícios alimentação e refeição no brasil: uma análise da pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, p. e00037815, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00037815>. Acesso em: 26 jan. 2026. Citado 5 vezes nas páginas 25, 27, 31, 34 e 35.

CARDOZO, J. D. S. et al. Avaliação do estado nutricional de funcionários de unidades de alimentação do vale do São Francisco. *RBONE – Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento*, v. 12, n. 76, p. 1050–1055, 2018. Citado na página 24.

CARDOZO, J. S. et al. Avaliação do estado nutricional de funcionários de unidades de alimentação do vale do são francisco. *RBONE - Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento*, [s. l.], v. 12, n. 76, p. 1050–1055, jan. 2019. Citado na página 24.

CHURCH, T. S. et al. Trends over 5 decades in u.s. occupation-related physical activity and their associations with obesity. *PLoS ONE*, [s. l.], v. 6, n. 5, p. e19657, maio 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0019657>. Acesso em: 20 jan. 2026. Citado na página 7.

COLARES, L. G. T. Evolução e perspectivas do programa de alimentação do trabalhador no contexto político brasileiro. *Nutrire: Rev. Soc. Bras. Alim. Nutr.*, São Paulo, v. 29, p. 141–158, jun. 2005. Citado na página 7.

COSTA, R. M. et al. Participation in a food assistance program and excessive weight gain: an evaluation of the brazilian worker's food program in male and female manufacturing workers. *BMC Public Health*, [s. l.], v. 22, n. 1, p. 1125, jun. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12889-022-13447-8>. Acesso em: 20 jan. 2026. Citado 4 vezes nas páginas 25, 33, 34 e 35.

HABY, M. M. et al. What are the best methodologies for rapid reviews of the research evidence for evidence-informed decision making in health policy and practice: a rapid review. *Health Research Policy and Systems*, v. 14, n. 1, p. 83, 2016. Citado na página 11.

HOFFMANN, R.; SANTIAGO, L. A. T. O auxílio alimentação no brasil: seu efeito na distribuição da renda e no Índice de massa corporal dos empregados, conforme dados da pesquisa de orçamentos familiares de 2008-2009. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, SP, v. 24, n. 2, p. 83–100, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/san.v24i2.8650197>. Acesso em: 20 jan. 2026. Citado 6 vezes nas páginas 13, 26, 27, 30, 34 e 35.

LANCI, K. N.; MATSUMOTO, K. L. Avaliação nutricional e análise do cardápio oferecido para funcionários beneficiados pelo programa de alimentação do trabalhador em uma indústria de paranavaí, paraná. *SaBios-Revista de Saúde e Biologia*, [s. l.], v. 8, n. 3, 2013. Disponível em: <https://revista2.grupointegrado.br/revista/index.php/sabios/article/view/748>. Acesso em: 20 jan. 2026. Citado 4 vezes nas páginas 24, 26, 33 e 35.

LEãO, A. C. A. S.; NETO, P. M. S.; SOARES, P. F. Programas de alimentação saudável em ambientes corporativos: desafios a serem enfrentados pela gestão de pessoas. *Revista Caderno Pedagógico*, [s. l.], v. 22, n. 7, p. 1–16, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.54033/cadpedv22n7-067>. Acesso em: 20 jan. 2026. Citado na página 8.

LOVATO, G. et al. Consumo de gordura saturada e excesso de peso em trabalhadores de uma indústria de caxias do sul, rs. *Higiene Alimentar*, São Paulo, v. 27, n. 226/227, p. 30–34, nov./dez. 2013. Citado 2 vezes nas páginas 24 e 33.

MARTINELLI, S. S.; CAVALLI, S. B. Alimentação saudável e sustentável: uma revisão narrativa sobre desafios e perspectivas. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 11, p. 4251–4262, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320182411.28882019>. Acesso em: 20 jan. 2026. Citado na página 7.

MEDEIROS, M. A. T. *Riscos alimentares e nutricionais para acidentes do trabalho em Piracicaba - SP, Brasil*. Tese (Tese (Doutorado em Saúde Coletiva)) — Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2007. 131 f. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/310323>. Acesso em: 20 jan. 2026. Citado 5 vezes nas páginas 25, 26, 32, 33 e 35.

MEIRA, E. et al. Qualidade da dieta, risco cardiovascular e estado nutricional de trabalhadores assistidos pelo programa de alimentação do trabalhador. *BRASPEN Journal*, [s. l.], v. 35, n. 1, p. 56–61, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.37111/braspenj.2020351010>. Acesso em: 20 jan. 2026. Citado 5 vezes nas páginas 24, 26, 33, 34 e 35.

MESQUITA, F. L. F. Melo de; MESQUITA, A. U. Perfil antropométrico, socioeconômico e de saúde de funcionários assistidos pelo programa de alimentação do trabalhador. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, [S. l.], v. 26, n. 2, p. 192–200, 2014. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/RBPS/article/view/2903>. Acesso em: 20 jan. 2026. Citado 4 vezes nas páginas 24, 26, 33 e 35.

MOURA, J. B. Avaliação do programa de alimentação do trabalhador no estado de pernambuco, brasil. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 115–128, abr. 1986. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-89101986000200002>. Acesso em: 20 jan. 2026. Citado 4 vezes nas páginas 7, 32, 33 e 34.

OLIVEIRA, K. E. S. d. *Fatores de risco associados ao perfil bioquímico e nível de atividade física de trabalhadores vinculados ao programa de alimentação do trabalhador, Distrito Federal, Brasil*. Dissertação (Dissertação (Mestrado)) — INSTITUIÇÃO, 2006. Citado 2 vezes nas páginas 24 e 27.

PALIALOL, B. T.; PEREDA, P. C. In-kind transfers in brazil: household consumption and welfare effects. *Economia Aplicada*, Ribeirão Preto, v. 25, n. 3, p. 367–394, set. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/1980-5330/ea174366>. Acesso em: 20 jan. 2026. Citado 3 vezes nas páginas 27, 31 e 34.

PAULA, C. L. C.; DIAS, J. C. R. Avaliação do consumo alimentar e perfil nutricional de colaboradores atendidos por uma unidade de alimentação e nutrição (uan). *Revista Ciências Nutricionais Online*, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 11–20, 2017. Disponível em: <https://www.uniara.com.br/revistas/index.php/rcno/article/view/10>. Acesso em: 20 jan. 2026. Citado na página 33.

PEREIRA, G. S. *Risco de Síndrome Metabólica em trabalhadores de indústrias de transformação vinculadas e não vinculadas ao Programa de Alimentação do Trabalhador*. Dissertação (Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde)) — Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020. 62 f. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/31201>. Acesso em: 20 jan. 2026. Citado 4 vezes nas páginas 25, 27, 34 e 35.

REINALDO, J. M.; RESENDE, A. S.; SANT'ANNA, M. S. L. Prevalência de hipertensão arterial e avaliação da ingestão de sódio em uma unidade de alimentação e nutrição. *Revista da Associação Brasileira de Nutrição - RASBRAN*, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 58–63, 2017. Disponível em: <https://www.rasbran.com.br/rasbran/article/view/524>. Acesso em: 20 jan. 2026. Citado 2 vezes nas páginas 26 e 35.

SANTIAGO, L. A. T. *Impactos do auxílio-alimentação nos índices antropométricos e no consumo de grupos de alimentos e de nutrientes*. Tese (Tese (Doutorado em Economia Aplicada)) — Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.11.2019.tde-16082019-100134>. Acesso em: 20 jan. 2026. Citado 3 vezes nas páginas 25, 34 e 35.

SANTOS, L. M. P. et al. Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período 1995-2002: 2 - programa de alimentação do trabalhador. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 8, p. 1931–1945, ago. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2007000800020>. Acesso em: 20 jan. 2026. Citado na página 7.

SAVIO, K. E. O. et al. Avaliação do almoço servido a participantes do programa de alimentação do trabalhador. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 148–155, abr. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102005000200002>. Acesso em: 20 jan. 2026. Citado na página 8.

SILVA, Z. M. *Estudo de caso: sociabilidade entre os beneficiados pelo Programa de Alimentação do Trabalhador em uma empresa no município Rio Grande da Serra*. Dissertação (Dissertação (Mestrado em Saúde Pública)) — Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6135/tde-26102012-110920/publico/Zoraia.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2026. Citado 4 vezes nas páginas 7, 27, 30 e 35.

SOUSA, A. C. P. et al. Impacto da alimentação saudável no desempenho e produtividade dos funcionários. *Aracê*, [s. l.], v. 7, n. 6, p. 33017–33030, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.56238/arev7n6-229>. Acesso em: 20 jan. 2026. Citado na página 7.

STOLTE, D.; HENNINGTON, A.; BERNARDES, J. S. Sentidos da alimentação e da saúde: contribuições para a análise do programa de alimentação do trabalhador. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 9, p. 1915–1924, set. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2006000900023>. Acesso em: 20 jan. 2026. Citado na página 7.

TORRES, K. G. et al. Long-term effect of the brazilian workers' food program on the nutritional status of manufacturing workers: A population-based prospective cohort study. *PLoS One*, [s. l.], v. 15, n. 4, p. e0231216, abr. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0231216>. Acesso em: 20 jan. 2026. Citado 2 vezes nas páginas 25 e 35.

TRICCO, A. C. et al. *Rapid reviews to strengthen health policy and systems: a practical guide*. [S. l.]: World Health Organization, 2017. Citado na página 9.

VASCONCELOS, F. N. *Fatores associados à hipertensão arterial sistêmica em trabalhadores de indústrias da região metropolitana de Recife – PE*. Dissertação (Dissertação (Mestrado em Nutrição)) — Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011. 106 f. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9274>. Acesso em: 20 jan. 2026. Citado 2 vezes nas páginas 34 e 35.

VASCONCELOS, F. N. d. *Fatores associados à hipertensão arterial sistêmica em trabalhadores de indústrias da região metropolitana de Recife–PE*. Dissertação (Dissertação (Mestrado)) — INSTITUIÇÃO, 2019. Citado 2 vezes nas páginas 24 e 26.

VELOSO, I. S. *Programa de alimentação do trabalhador e os efeitos sobre a saúde*. Tese (Tese (Doutorado em Saúde Coletiva)) — Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/27084>. Acesso em: 20 jan. 2026. Citado 5 vezes nas páginas 13, 25, 26, 33 e 35.

Apêndices

Apêndice 1. Base de dados, estratégia de busca e achados recuperados.

Base	Data	Estratégia	Resultados
PubMed/ Medline	09/01/2026	((((((((((“Programa de Alimentação do Trabalhador”[Title/Abstract]) OR (“Programa de alimentacao do trabalhador”[Title/Abstract])) OR (PAT[Title/Abstract])) OR (“The Brazilian Worker’s Food Program”[Title/Abstract])) OR (“Worker’s Food Program”[Title/Abstract]))) OR (“Workers Food Program”[Title/Abstract])) OR (“Worker Food Program”[Title/Abstract])) OR (“worker feeding program”[Title/Abstract])) OR (WFP[Title/Abstract])) OR (“programa de alimentación del trabajador”[Title/Abstract])) AND ((Brazil OR Brazilian OR Bras* OR “Distrito Federal” OR “Goiás” OR “Mato Grosso” OR “Mato Grosso do Sul” OR Alagoas OR Bahia OR Ceará OR Maranhão OR Paraíba OR Pernambuco OR Piauí OR “Rio Grande do Norte” OR Sergipe OR Acre OR Amapá OR Amazonas OR Pará OR Rondônia OR Roraima OR Tocantins OR “Espírito Santo” OR “Minas Gerais” OR “Rio de Janeiro” OR “São Paulo” OR Paraná OR “Rio Grande do Sul” OR “Santa Catarina”))	208
		(“Programa de Alimentação do Trabalhador” OR “Workers’ Food Program” OR “Workers Food Program” OR “Worker Food Program”)	20
Web of Science	09/01/2026	“Programa de Alimentação do Trabalhador” (Topic) OR “Programa de alimentacao do trabalhador” (Topic) OR PAT (Topic) OR “The Brazilian Worker’s Food Program” (Topic) OR “Worker’s Food Program” (Topic) OR “Workers Food Program” (Topic) OR “Worker Food Program” (Title) OR “worker feeding program” (Topic) OR WFP (Topic) OR “programa de alimentación del trabajador” (Topic) and BRAZIL (Countries/Regions)	393
		“Programa de Alimentação do Trabalhador” (All Fields) OR “Programa de alimentacao do trabalhador” (All Fields) OR “The Brazilian Worker’s Food Program” (All Fields) OR “Worker’s Food Program” (All Fields) OR “Workers Food Program” (All Fields) OR “Worker Food Program” (All Fields) OR “worker feeding program” (All Fields) OR “programa de alimentación del trabajador” (All Fields)	32

Base	Data	Estratégia	Resultados
BVS	09/01/2026	(“Programa de Alimentação do Trabalhador”) OR (“Programa de alimentacao do trabalhador”) OR (pat) OR (“The Brazilian Worker’s Food Program”) OR (“Worker’s Food Program”) OR (“Workers Food Program”) OR (“Worker Food Program”) OR (“worker feeding program”) OR (wfp) OR (“programa de alimentación del trabajador”) AND db:(“PubMed-not-MEDLINE” OR “WPRIM” OR “LILACS” OR “IBECS” OR “VETINDEX” OR “colecionaSUS” OR “PAHOIRIS” OR “BINACIS” OR “AIM” OR “LIPECS” OR “PAHO” OR “BBO” OR “WHOLIS” OR “DESASTRES” OR “BDENF” OR “SES-SP” OR “inca” OR “CUMED” OR “LIS” OR “MINSALCHILE” OR “MedCarib” OR “SDG” OR “SMS-SP” OR “BIVIPSI” OR “CidSaude” OR “INDEXPSI” OR “MINSAPERU” OR “BIGG” OR “MTYCI” OR “MULTIMEDIA” OR “campusvirtualsp_argentina” OR “campusvirtualsp_ops”) AND pais_assunto:(“brasil”) AND instance:”regional”	46
Lens.org	09/01/2026	(title:(“Programa de Alimentação do Trabalhador”) OR abstract:(“Programa de Alimentação do Trabalhador”) OR keyword:(“Programa de Alimentação do Trabalhador”) OR field_of_study:(“Programa de Alimentação do Trabalhador”)) OR (title:(“Programa de alimentacao do trabalhador”) OR abstract:(“Programa de alimentacao do trabalhador”) OR keyword:(“Programa de alimentacao do trabalhador”) OR field_of_study:(“Programa de alimentacao do trabalhador”)) OR (title:(pat) OR abstract:(pat) OR keyword:(pat) OR field_of_study:(pat)) OR (title:(“The Brazilian Worker’s Food Program”) OR abstract:(“The Brazilian Worker’s Food Program”) OR keyword:(“The Brazilian Worker’s Food Program”) OR field_of_study:(“The Brazilian Worker’s Food Program”)) OR (title:(“Worker’s Food Program”) OR abstract:(“Worker’s Food Program”) OR keyword:(“Worker’s Food Program”) OR field_of_study:(“Worker’s Food Program”)) OR (title:(“Workers Food Program”) OR abstract:(“Workers Food Program”) OR keyword:(“Workers Food Program”) OR field_of_study:(“Workers Food Program”)) OR (title:(“Worker Food Program”) OR abstract:(“Worker Food Program”) OR keyword:(“Worker Food Program”) OR field_of_study:(“Worker Food Program”)) OR (title:(“worker feeding program”) OR abstract:(“worker feeding program”) OR keyword:(“worker feeding program”) OR field_of_study:(“worker feeding program”)) OR (title:(wfp) OR abstract:(wfp) OR keyword:(wfp) OR field_of_study:(wfp)) OR (title:(“programa de alimentación del trabajador”) OR abstract:(“programa de alimentación del trabajador”) OR keyword:(“programa de alimentación del trabajador”) OR field_of_study:(“programa de alimentación del trabajador”)) Institution Country/Region = (Brazil)	488

Base	Data	Estratégia	Resultados
Portal Capes	09/01/2026	(“Programa de Alimentação do Trabalhador”) OR (“Programa de alimentacao do trabalhador”) OR (pat) OR (“The Brazilian Worker’s Food Program”) OR (“Worker’s Food Program”) OR (“Workers Food Program”) OR (“Worker Food Program”) OR (“worker feeding program”) OR (wfp) OR (“programa de alimentación del trabajador”) AND db:(“PubMed-not-MEDLINE” OR “WPRIM” OR “LILACS” OR “IBECS” OR “VETINDEX” OR “colecionaSUS” OR “PAHOIRIS” OR “BINACIS” OR “AIM” OR “LIPECS” OR “PAHO” OR “BBO” OR “WHOLIS” OR “DESASTRES” OR “BDENF” OR “SES-SP” OR “inca” OR “CUMED” OR “LIS” OR “MINSALCHILE” OR “MedCarib” OR “SDG” OR “SMS-SP” OR “BIVIPSI” OR “CidSaude” OR “INDEXPSI” OR “MINSAPERU” OR “BIGG” OR “MTYCI” OR “MULTIMEDIA” OR “campusvirtualsp_argentina” OR “campusvirtualsp_ops”) AND pais_assunto:(“brasil”) AND instance:”regional” AND (Brazil OR Brazilian OR Bras* OR “Distrito Federal” OR “Goiás” OR “Mato Grosso” OR “Mato Grosso do Sul” OR Alagoas OR Bahia OR Ceará OR Maranhão OR Paraíba OR Pernambuco OR Piauí OR “Rio Grande do Norte” OR Sergipe OR Acre OR Amapá OR Amazonas OR Pará OR Rondônia OR Roraima OR Tocantins OR “Espírito Santo” OR “Minas Gerais” OR “Rio de Janeiro” OR “São Paulo” OR Paraná OR “Rio Grande do Sul” OR “Santa Catarina”)	122
Repec/ econpapers	09/01/2026	“food program” AND Brazil	8
Jstor	12/01/2026	(“Programa de Alimentação do Trabalhador”) OR (“Programa de alimentacao do trabalhador”)	10
Psycinfo	12/01/2026	Title: “Programa de Alimentação do Trabalhador” OR Keywords: “Programa de Alimentação do Trabalhador” OR Abstract: “Programa de Alimentação do Trabalhador” OR Keywords: “Programa de Alimentacão do Trabalhador OR Abstract: “Programa de Alimentacão do Trabalhador OR Title: “Programa de Alimentacão do Trabalhador OR Keywords: PAT OR Abstract: PAT OR Title: PAT OR Keywords: “The Brazilian Worker’s Food Program” OR Title: “The Brazilian Worker’s Food Program” OR Abstract: “The Brazilian Worker’s Food Program” OR Keywords: “Worker’s Food Program” OR Title: “Worker’s Food Program” OR Abstract: “Worker’s Food Program” OR Keywords: “Workers Food Program” OR Title: “Workers Food Program” OR Abstract: “Workers Food Program” OR Keywords: “Worker Food Program” OR Title: “Worker Food Program” OR Abstract: “Worker Food Program” OR Keywords: “worker feeding program” OR Title: “worker feeding program” OR Abstract: “worker feeding program” OR Keywords: wfp OR Title: wfp OR Abstract: wfp OR Keywords: “programa de alimentación del trabajador” OR Title: “programa de alimentación del trabajador” OR Abstract: “programa de alimentación del trabajador”	0
		(“Programa de Alimentação do Trabalhador” OR “Workers’ Food Program” OR “Workers Food Program” OR “Worker Food Program”)	0

Base	Data	Estratégia	Resultados
BDTD	12/01/2026	(“Programa de Alimentação do Trabalhador”) OR (“Programa de alimentacao do trabalhador”)	39
TOTAL			**1366**

Fonte: Elaboração própria.

Apêndices

Apêndice 2. Estudos excluídos após leitura do texto

Autor	Título	Justificativa
Alves et al., 2012	Estado nutricional, estilo de vida, perfil socioeconômico e consumo alimentar de comerciários	Não atendia à intervenção.
Araujo et al., 2010	Factors associated with overweight and central adiposity in urban workers covered by the Workers Food Program of the Brazilian Amazon Region.	Não atendia aos desfechos.
Araújo; Costa-Souza; Trad, 2010	Worker diet in Brazil: a review of Brazilian scholarship on the topic	Não atendia à intervenção.
Bezerra, 2015	Avaliação da efetividade do Programa de Alimentação do Trabalhador	Utilizado artigo publicado
Chaves, 2012	Food worker program related to overweight and obesity: a systematic review.	Os artigos utilizados estão sendo analisados na íntegra nesta revisão
Colares, 2005	Evolução e perspectivas do programa de alimentação do trabalhador no contexto político brasileiro	Os artigos utilizados estão sendo analisados na íntegra nesta revisão
Costa, 2021	Influência do programa de alimentação do trabalhador no estado nutricional antropométrico de trabalhadores de industrias de transformação	Utilizado artigo publicado
Lopes; Simony, 2013	Perfil dietético e estado nutricional de trabalhadores da construção civil, do Grande ABC, São Paulo.	Não atendia à intervenção.
Moraes, 2010	Identificação de fatores de riscos cardiovasculares e o impacto da intervenção nutricional em trabalhadores da indústria na região metropolitana de Belém, Pará	Não atendia aos desfechos.
Pereira et al., 2020	Relationship Between Metabolic Syndrome and the Brazilian Workers' Food Program in Male and Female Manufacturing Workers.	Utilizada pesquisa que deu origem ao artigo.
Prado, 2023	Revisão sistemática dos efeitos alimentares e econômicos de programas de alimentação do trabalhador	Os artigos utilizados estão sendo analisados na íntegra nesta revisão
Reggiolli, 2003	A organização do trabalho noturno e em turnos de revezamento de 12 horas: um estudo de caso sobre hábitos alimentares e avaliação nutricional	Não atendia à intervenção.

Autor	Título	Justificativa
Santos et al., 2007	Evaluation of Brazilian public policies to promote food security and fight hunger, 1995-2002. 2 - the Workers' Nutrition Program	Não atendia aos desfechos.
Sarno; Bandoni; Jaime, 2008	Excesso de peso e hipertensão arterial em trabalhadores de empresas beneficiadas pelo Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)	Não atendia à intervenção.
Sávio et al., 2008	Sex, income and level of education associated with physical activity level among workers	Utilizada pesquisa que deu origem ao artigo
Silva et al., 2014	Programa de alimentação do trabalhador: estudo de sociabilidade entre os beneficiados em uma empresa no interior de São Paulo	Não encontrado.
Silva; Raphaelli; Weis, 2022	Avaliação quantiqualitativa dos hábitos alimentares e adequação dos cardápios ofertados a trabalhadores beneficiados pelo programa de alimentação do trabalhador: uma revisão bibliográfica	Os artigos utilizados estão sendo analisados na íntegra nesta revisão
Siqueira et al., 2022	O Prato do Trabalhador: Conectando Urbano e Rural por meio do Vale-Alimentação da Papayas	Não atendia aos desfechos.
Stolte; Hennington; Bernardes, 2006	The meaning of food and health: a contribution to the analysis of the Workers' Nutrition Program	Não atendia aos desfechos.
Strasburg; Redin, 2014	The context of the institutional food supplying in the health of the Brazilian worker	Os artigos utilizados estão sendo analisados na íntegra nesta revisão
Torres, 2020	Efeito a longo termo do Programa de Alimentação do Trabalhador sobre o estado nutricional antropométrico de trabalhadores da indústria de transformação.	Utilizado artigo publicado
Veloso; Santana, 2002	Impact of the worker food program in Brazil.	Utilizada pesquisa que deu origem ao artigo
Veloso; Santana; Oliveira, 2007	The Brazilian Workers' Food Program and its impact on weight gain and overweight.	Utilizada pesquisa que deu origem ao artigo

Fonte: Elaboração própria.